

JORNAL DO SERVIDOR

POR
DA REDAÇÃO

Divulgação / PCDF



Inscrições podem ser realizadas entre 7 e 25 de maio

Concurso da Polícia Civil do Distrito Federal tem 150 vagas

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) divulgou retificação do edital do concurso público para Delegado de Polícia, que oferece 150 vagas imediatas, além de cadastro reserva. O cargo exige nível superior em Direito e comprovação de três anos de atividade jurídica ou policial. A remuneração inicial é de R\$ 26.690,15 para jornada de 40 horas semanais em regime de dedicação exclusiva. Entre as mudanças anunciadas estão ajustes no cronograma, critérios de pontuação e regras de reserva de vagas. As inscrições poderão ser realizadas entre 7 e 25 de maio de 2026, no site do Cebraspe, com taxa de R\$ 310. As provas objetivas estão previstas para 5 de julho, no Distrito Federal.

Concurso do Conselho de Biomedicina

As inscrições para o concurso público do Conselho Federal de Biomedicina (CFBM), no Distrito Federal, terminam no dia 4 de maio, às 16h. A seleção oferece 40 vagas entre imediatas e cadastro reserva para cargos de nível superior, com salários de R\$ 13 mil a R\$ 15 mil. As oportunidades são para advogado, contador, analista de comunicação e fiscal biomédico. As provas objetivas estão previstas para 14 de junho e a banca é o Instituto Consulplan.

Divulgação



Greve por período indeterminado em dois postos

Greve em Correios de Campo Grande

Dois postos dos Correios da Zona Leste de Campo Grande (MS) iniciaram greve, com a paralisação indeterminada dos trabalhadores. A secretária de Administração e Finanças do sindicato, Elaine Regina, explicou que os Correios informaram que irão fechar os centros de distribuição, o que pode colocar em risco o direito dos empregados. "O projeto, na nossa visão, é a destruição dos Correios". A categoria afirma que a reestruturação proposta pela gestão nacional compromete o atendimento à população e a manutenção da estatal.

Sete dias de greve em Florianópolis

Servidores públicos de Florianópolis completaram uma semana de greve, refletindo na rotina da população, principalmente na educação e na saúde, que enfrentam redução no atendimento. A greve segue por tempo indeterminado. Os trabalhadores iniciaram a mobilização após rejeitarem uma proposta da prefeitura, além disso, eles denunciaram sobrecarga e piora nos serviços.

Transparência I

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, assinou a resolução para criar o Portal Nacional de Passivos Funcionais do Poder Judiciário. A medida tenta dar uma solução para os "penduricalhos", adicionais pagos a servidores públicos que ficam de fora do teto salarial do funcionalismo.

Transparência II

Os tribunais do país terão 60 dias para se adequar às novas regras e disponibilizar o sistema de forma integral. A medida determina que o portal apresente dados sobre benefícios pagos, decisões judiciais ou administrativas e até correção monetária. A medida reforça a transparência dos órgãos públicos.

Ensino Superior I

Tramita na Câmara o Projeto de Lei nº 2028/2026, da deputada Camila Jara (PT/MS), que trata da escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por processo de votação interna com voto paritário entre docentes, discentes e técnicos administrativos. Na prática, servidores passam a ter poder de escolha do reitor.

Ensino Superior II

A proposta também altera a Lei nº 5.540/1968 ao eliminar dispositivos que sustentavam o modelo de lista tríplice, aproximando as Ifes das regras já aplicadas aos Institutos Federais. Para servidores técnico-administrativos, isso muda a dinâmica institucional ao ampliar a influência no processo decisório e reduzir a influência de apenas um segmento nas indicações.

Policiais Antigo DF I

Também tramita na Câmara o PL nº 2050/2026, de autoria do deputado Luciano Vieira (PSDB/RJ), que trata da regulamentação de direitos remuneratórios e previdenciários de policiais militares e bombeiros do antigo DF. Na prática, garante a manutenção de parcelas já incorporadas aos proventos e impede reduções salariais.

Policiais DF II

O mesmo projeto também trata da equiparação de reajustes e benefícios entre militares do antigo DF e os do atual Distrito Federal, além de consolidar regras de cálculo e correção de remunerações. A proposta traz previsibilidade nos reajustes, devolução de descontos indevidos e garante segurança jurídica de aposentadorias.



Setor público no país reúne de 11 a 12 milhões de trabalhadores.

Brasil está entre os países com mais servidores

Resultado varia conforme a metodologia usada

Da Redação

O Brasil aparece entre os países com maior participação de trabalhadores no setor público em rankings internacionais que comparam o tamanho do Estado no mercado de trabalho. O levantamento reúne dados de diferentes instituições, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Banco Mundial, o FMI, além de estatísticas do Eurostat e dados do IBGE. As bases usam critérios diferentes para definir emprego público, o que afeta a comparação entre países.

No Brasil, o setor público reúne cerca de 11 a 12 milhões de trabalhadores. A distribuição estimada no Executivo, incluindo União, estados e municípios, é de cerca de 9,5 a 10 milhões de servidores; no Legislativo, aproximadamente 200 a 250 mil; e no Judiciário, cerca de 500 a 600 mil. Esses números incluem administração direta e indireta, além de diferentes regimes de contratação no serviço público.

Outros países

Na França, são cerca de 5,5 a 6 milhões; na Alemanha, 5 a 5,5 milhões; no Reino Unido, 6 a 6,5 milhões; na Itália, 3,5 a 4 milhões; na Espanha, 3 a 3,5 milhões; e no Canadá, cerca de

3 a 3,5 milhões. Nos países nórdicos, os números absolutos são menores: a Suécia tem cerca de 1,3 a 1,5 milhão de trabalhadores no setor público; a Noruega, 0,9 a 1 milhão; a Dinamarca, 0,9 a 1 milhão; e a Finlândia, 0,7 a 0,8 milhão. Nos Estados Unidos, o setor público soma cerca de 22 milhões de trabalhadores, incluindo níveis federal, estadual e local, mas com menor participação proporcional em relação ao total de ocupados.

As diferenças entre países ocorrem porque os levantamentos usam definições distintas de emprego público. Em alguns casos, entram apenas servidores da administração direta; em outros, também são incluídas estatais, militares e trabalhadores terceirizados ligados ao setor público.

Proporções

Em comparações proporcionais, o Brasil aparece em posição elevada em parte dos indicadores, especialmente quando analisado em relação a países fora da OCDE. Já em recortes mais amplos, países europeus com maior presença do Estado no bem-estar social aparecem com participação superior. Essas variações mostram que não há um ranking único sobre o tema. A posição do Brasil depende do critério utilizado em cada base de dados e do tipo de vínculo considerado como emprego público.